

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.462 - SP (2019/0106404-7)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : GENILSON GALVAO**  
**ADVOGADO : LÍVIA COSTA PIMENTEL E OUTRO(S) - SP295896**  
**EMBARGADO : IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA CONTINENTAL EIRELI**  
**ADVOGADO : EVANDRO GARCIA E OUTRO(S) - SP146317**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão por meio da qual não conheci do recurso especial (fls. 336/339, e-STJ).

Em suas razões, a parte embargante alega que a decisão recorrida foi omissa, por não especificar o termo inicial do prazo prescricional.

A parte embargada, regularmente intimada, apresentou impugnação de fls. 347/350, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não há omissão a ser sanada.

Como decidido, não há interesse em recorrer quanto ao pedido de fixação do termo inicial do prazo prescricional na data do trânsito em julgado da decisão que determinou a rescisão contratual, uma vez que o Tribunal de origem já decidiu nesse sentido (fl. 281, e-STJ):

Com a devida vênia ao entendimento do ilustre magistrado, tem-se que o prazo prescricional aplicado ao caso é o decenal, previsto no art. 205 do Código Civil, visto ser a indenização por ocupação uma mera consequência da resolução do contrato (STJ. Resp nº 1.297.607/RS, Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª Turma, j. 12.03.2013), o que afasta a incidência do art. 206, §3º, inciso V, Código Civil, com termo inicial a partir do trânsito em julgado da sentença que determinou a rescisão contratual, pois constitutiva do direito à indenização.

Em face do exposto, ausente a omissão alegada, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora